



XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CIC)
2019

UACSA, UAST, UFAPE, CODAI e UEADTEC
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Programas Especiais



PROJETO SINDICALISMO EM PERNAMBUCO EM TEMPOS DE DITADURA: A INDÚSTRIA TÊXTIL E AS PRÁTICAS REPRESSIVAS EM PERNAMBUCO: O TRABALHO FEMININO E OS CONFLITOS TRABALHISTA NA FÁBRICA DE TECIDOS DO GRUPO OTHON BEZERRA DE MELO DURANTE O REGIME CIVIL-MILITAR 1967-1970.

Kelly Anielle de Lima Silva, Marcília Gama da Silva
E-mail: Kelly_anielly@hotmail.com

Esta pesquisa analisa a trajetória laboral enfrentada pelos trabalhadores do setor têxtil em especial o segmento feminino, sendo necessário deixar em evidência todas as lutas e formas de resistência travadas por uma vida digna e por melhores condições de trabalho. Motivados pela extrema necessidade, em busca de uma vida melhor, o(a)s operário(a)s têxteis se sujeitavam a salários baixos e condições degradantes impostas pelo patronato. Isso ficou evidenciado na maioria das Reclamações Trabalhistas do período estudado, sobretudo, nas fábricas do Grupo Othon Bezerra de Melo, mas que parecia ser uma prática comungada por outros grupos ou proprietários de fábricas têxteis. Um ponto importante e crucial nessa pesquisa é buscar através do cruzamento de fontes documentais distintas existentes no DOPS-PE e na Justiça do Trabalho, os flagrantes de exploração e retaliação da força de trabalho feminina, as condições impostas às operárias e como as mesmas deixam de serem sujeitos passivos e começam a reivindicar seus direitos flagrantes das ações movidas por elas/sindicato no âmbito da Justiça do Trabalho. E, sobretudo, como a partir das denúncias nos autos passam a ser alvos da repressão policial. Essa pesquisa busca num recorte temporal marcado pela Ditadura Civil-militar entender como as tecelãs instauram a cultura de resistência, num cenário autoritário e como os empresários do setor têxtil usavam as práticas coercitivas na tentativa de coibir seus/suas funcionário(a)s, criando/ampliando, por exemplo, a “ficha suja”, dispositivo que denunciava o(a)s operário(a)s que ousavam participar de greves, impedindo sua nova contratação, quando fossem demitida(o)s por envolvimento com “agitação” nas fábricas ou quando moviam causas trabalhistas contra os proprietários das fábricas. Foi possível fazer um levantamento comparativo/quantitativo dos processos interpostos entre as operarias e os operários, e com isso compreender que mesmo em termos quantitativos os processos movidos pelas operarias terem sido em menor número é possível perceber que as medidas de punição impostas eram mais evidenciadas nos processos em que eram litigantes. Isso faz entender que a quantidade inferior de processos não era pelo fato de não sofrerem repressão, mas sim, justamente por sofrerem punições bem severas como mudança de local de trabalho ou serem despejadas de suas residências. Com a pesquisa nas ações trabalhistas, ficou perceptível que as reivindicações se repetiam assustadoramente, independente da fábrica/cotonifício compreendendo-se o quanto era “normal” descumprir os direitos legais dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho feminino, setor têxtil, justiça do trabalho, repressão, medidas punitivas.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas/História.

Realização:



Apoio:



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E